

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PARADIGMA INTERPRETATIVO DE FORMAÇÃO SOCIAL

Lucas dos Santos Ferreira¹

Resumo

Assim como o aprimoramento metodológico das ciências naturais (Newton, Humboldt, Darwin, etc.) permitiu-nos compreender o conjunto de leis que regem os processos físicos e orgânicos, o pensamento marxista, herdeiro das mais avançadas idéias até então elaboradas, viabilizou o estudo das distintas formas de sociedade ao desvendar seus mecanismos de funcionamento explicitando o caráter universal de determinadas leis econômicas e trajetórias de desenvolvimento.

A utilização do potencial explicativo do materialismo histórico e dialético, bem como sua constante renovação, passa pela compreensão das categorias de formação social e modo de produção, as principais articuladoras de todas as noções teóricas caras ao marxismo.

O trabalho em questão apresenta reflexões sobre o paradigma interpretativo de formação social, formulado por K. Marx, utilizado e aperfeiçoado por importantes intelectuais filiados ao pensamento marxista como V.I. Lenin (*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*) e A. Gramsci (*A questão meridional*), no caso latino-americano J.C. Mariátegui (*7 ensaios de interpretação da realidade peruana*) e I. Rangel (*História da dualidade brasileira*), e vinculado à Geografia por destacados pesquisadores brasileiros como Armen Mamigonian e Milton Santos.

Palavras-chave: Marxismo; Formação Social; Modo de Produção.

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – Brasil, llucas.s.f@gmail.com

Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social

Lucas dos Santos Ferreira

Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social

A observação histórica demonstra-nos com clareza que as exigências das sociedades foram força motriz do conjunto de progressos realizados pela Ciência. A moderna investigação da natureza surge como desdobramento do processo de formação das grandes monarquias renascentistas baseadas no conceito de nacionalidade, fundamentais à consolidação dos territórios europeus e ao posterior aparecimento do modo de produção capitalista. A permanente descoberta científica da Terra viabilizou o desenvolvimento do futuro comércio mundial e a transição do artesanato à manufatura, ponto de partida da moderna indústria.²

Por outro lado, não podemos esquecer que o imenso e necessário avanço gerado pelas descobertas de Copérnico, Newton, Lineu e tantos outros gênios e mesmo a formação dos sistemas de ensino ocorreram em constante conflito com as forças sociais representantes do atraso, que tinham como principal alicerce de sustentação ideológica a Teologia.

A gradual superação dos estigmas feudais e a fundação de um novo paradigma ideológico permitem então que a nova classe dominante tenha suas condições de existência tal qual aponta K. Marx³:

“A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto as relações de produção; e assim, o conjunto das relações sociais. Ao contrário, a manutenção inalterada do antigo modo de produção foi a condição precípua de existência de todas as classes sociais do passado. O revolucionamento permanente da produção, o abalo contínuo de todas as categorias sociais, a insegurança e a agitação sempiternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes.”

O surgimento do pensamento marxista em meados do século XIX, síntese e superação dos mais avançados conhecimentos humanísticos produzidos (filosofia

² ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1976.

³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2007, p. 28.

Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social

Lucas dos Santos Ferreira

alemã, economia política inglesa e socialismo francês), é expressão do gigantesco desenvolvimento das forças produtivas com as Revoluções Industriais e do afloramento de uma nova classe revolucionária, o proletariado, que passa a substituir a burguesia como representante dos interesses da sociedade em geral.

Assim sendo, da mesma forma que as teorias das ciências naturais que se opunham aos velhos preconceitos da Teologia provocaram e continuam até hoje provocando a mais raivosa reação, a doutrina científica de Marx, que serve diretamente para educar e organizar a classe de vanguarda da sociedade moderna, que indica os objetivos dessa classe e demonstra sua substituição inevitável – em virtude do desenvolvimento econômico – tem de conquistar com luta cada passo no sentido de seu aprimoramento enfrentando a resistência burguesa.⁴

I

Como bem coloca o sociólogo francês H. Lefebvre, a concepção marxista do mundo se recusa a aceitar uma hierarquia exterior aos indivíduos (metafísica); mas, por outro lado, não se deixa encerrar, como o individualismo, na subjetividade do indivíduo e no exame isolado dela. É ciente de realidades que escapam ao exame da consciência individualista: são as realidades naturais (da natureza, do mundo exterior), práticas (trabalho e ação), sociais e históricas (estrutura econômica da sociedade, classes sociais, etc.).⁵

Essas características devem-se ao fato de que o marxismo aprimorou a noção de dialética cara à filosofia idealista alemã (Hegel), tornando-se a ciência da totalidade em movimento, com a idéia de que as realidades são estruturadas a partir da atuação de “múltiplas determinações” no decorrer de infindáveis processos históricos específicos dinamizados por forças em constante antagonismo, por opostos interpenetrados. Diferentemente da concepção de Hegel, a dialética marxista concebe a subjetividade humana como produto da evolução concreta das sociedades, da luta de classes, de um movimento histórico natural, e não o contrário.

⁴ LENIN, V.I. *Marxismo e Revisionismo*. In: **Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1955.

⁵ LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social

Lucas dos Santos Ferreira

A partir dessas noções, K. Marx e F. Engels caracterizam o materialismo histórico e dialético em *A ideologia alemã*⁶:

“Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas de consciência – religião, filosofia, moral, etc. - assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses produtos; o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua totalidade (e também, por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre estes diferentes aspectos).”

II

Através da análise da evolução histórica de diversos países e regiões, principalmente da Europa, K. Marx observou brilhantemente a existência de traços fundamentais, leis de desenvolvimento, comuns a todos eles. Destacando do conjunto de relações humanas as relações de produção (trabalho e propriedade), em grande medida determinantes das demais, o filósofo alemão caracterizou os modos de produção antigo, feudal, capitalista e socialista como épocas progressivas da formação econômica das sociedades.⁷

A sustentação desse sistema classificatório rigoroso e a análise da natureza dos modos de produção exigem, além do exame das relações de produção, também a observação do meio de produção fundamental, aquele que subordina à suas necessidades todos os demais, visto que nosso ponto de partida nesta questão é a esfera da produção propriamente dita, e não a da circulação. Desta forma em cada um dos

⁶ MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.

⁷ MARX, Karl. Prefácio. In: **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social

Lucas dos Santos Ferreira

modos de produção fundamentais da história da humanidade teremos um meio de produção fundamental, a saber: 1) modo de produção escravista – escravo, 2) modo de produção feudal – terra e 3) modo de produção capitalista – capital.⁸

Todavia, os modos de produção, concebidos como um conjunto de forças produtivas com suas respectivas relações de trabalho e propriedade, somente adquirem feição concreta nas formações sociais, cuja estruturação, conforme M. Santos⁹ é dependente dos níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam, de onde concluímos que toda sociedade existe sob um invólucro historicamente determinado, é um “todo concreto localizado”¹⁰, com uma gama de características específicas.

Em razão de tais premissas, a compreensão das similitudes e diferenças entre as realidades, tal como da execução de distintos papéis dentro de uma determinada divisão do trabalho, obriga-nos a considerar a lei do desenvolvimento desigual e combinado, porfiada por L. Trotsky em sua *História da Revolução Russa*¹¹:

“As leis históricas não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se

⁸ RANGEL, Ignácio. **Dualidade básica da economia brasileira**. São Paulo: Bional, 1999.

⁹ Convém recordarmos na presente discussão o geógrafo M. Santos (A formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 14) que, fortemente influenciado pelo marxismo, afirma que “todos os processo que juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social.” G. Doquois (La formación económico-social como combinación de modos de producción. In: **Cuadernos de Pasado y Presente**. Cidade do México: Ed. Siglo XXI, 1976, p. 187) auxilia-nos na resolução desta questão afirmando que “todo modo de producción se especifica de modo particular en una multitud de ejemplos regionales permaneciendo totalmente fiel al tipo general. El modo de producción feudalista em Ilê-de-France en el siglo XIII puede ser clásico...pero en el Bordelais, el sur de Inglaterra, etc., se puede hablar de ejemplos regionales clásicos del modo de producción feudalista.”

¹⁰ MAMIGONIAN, Armen. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, Maria Adélia (org.), **O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

¹¹ TROTSKY, Leon. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: **História da Revolução Russa**. São Paulo: Ed. Sundermann, 2007, p. 21.

Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social

Lucas dos Santos Ferreira

vêm obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. Sem recorrer a esta lei, enfocada, naturalmente, na integridade de seu conteúdo material, seria impossível compreender a história da Rússia, nem a de nenhum outro país de avanço cultural atrasado, seja em segundo, terceiro ou décimo grau.”

Desta forma, consideramos como Vieira, que não é possível supor que uma categoria (modo de produção e formação social) seja mais relevante que a outra; tampouco pensar que uma seja teórica e outra empírica; ou mesmo idealizar que a mudança de linguagem, - uma abstrata, a outra concreta -, tenha força de milagre para desvendar esta relação.¹²

III

O processo de apreensão das realidades concretas, em sua complexa totalidade, é bem caracterizado nos escritos de K. Marx, cabendo destaque para seu *Método da Economia Política*.¹³ Recorrendo à abstração como procedimento, ao sistemático estudo

¹² VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. **Formação social brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. Florianópolis: UFSC, 1992. (Dissertação de mestrado). A autora em questão ainda destaca que “ao discutir a relação entre a categoria de formação social e geografia – ciência definida pela diversidade dos homens e dos lugares – importa retomar os vários pontos de aproximação entre geografia e marxismo, entre eles: preocupação pela totalidade, relação sociedade/natureza, relação geral/regional ou unidade e diversidade, localização no tempo e no espaço, inter-relação de múltiplos elementos ou múltiplas determinações. Para prosseguir é necessário também resgatar o debate sobre a categoria de formação social, quando então se impõe, para aprofundamento da investigação, a categoria de modo de produção. A definição por oposição destes dois conceitos, um relativo à diversidade e unidade no tempo, o outro à diversidade e unidade no espaço, ressaltou a interdependência destas categorias na análise de qualquer realidade histórico-geográfica, ou seja, na análise das formações sócio-espaciais. O conceito de modo de produção, inerente ao desvendar de uma formação social, ou melhor, uma formação localizada no tempo e no espaço, ou seja, sócio-espacial, reacende “antigos” e “calorosos” debates, apesar de ser considerado, por alguns, que sobre esta temática já “se jogou uma pá de cal”. (**Considerações a respeito do paradigma de formação sócio-espacial**, In: Anais do 12º Encuentro de Geógrafos da América Latina, Montevideo, 2009).

¹³ MARX, Karl. O método da Economia Política. In: **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social

Lucas dos Santos Ferreira

das estruturas fundamentais e à posterior reconstituição da totalidade a partir da compreensão delas, o fundador do socialismo científico apresenta o processo de acumulação de capital (condições naturais, técnicas e organizacionais e relações de produção) como ponto de partida dos estudos sociais, como chave para a compreensão dos movimentos populacionais e do mundo cultural.

A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas.”¹⁴

Isso consiste em efetivar a análise da divisão social e territorial do trabalho, das etapas do processo universal de produção da mercadoria (no bojo do modo de produção capitalista), a saber, produção propriamente dita, circulação (troca), distribuição e consumo. Somente a partir daí tem-se elementos para compreender a estrutura jurídica da sociedade e o conjunto de funções executadas pelo Estado, que conforme Lênin¹⁵

¹⁴ Idem, p. 255.

¹⁵ LENIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 9.

Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social

Lucas dos Santos Ferreira

“é um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes sociais antagônicas, com interesses econômicos contrários não se entredevorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, acima dela e se afastando dela cada vez mais, é o Estado.”

É esta a forma de compreender as distintas manifestações dos modos de produção e suas combinações, a composição e deterioração de pactos de poder e os limites existenciais das formações sociais, rompidos a partir da contradição que se estabelece entre a expansão das forças produtivas e as relações de produção vigentes.¹⁶

IV

Para além dos aspectos teóricos e metodológicos, o paradigma de formação social explicita a importância da correta interpretação da realidade que pode obter ao possibilitar tomadas de decisões coerentes direcionadas a resolução dos problemas existentes, no sentido de viabilizar o desenvolvimento histórico das sociedades.

O sistema centro-periferia estruturado a partir da substituição do capitalismo concorrencial pelo monopolista, da consolidação do imperialismo, é responsável pela

¹⁶ Como acertadamente afirma V.I. Lênin (**Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978, p. 96.), “a lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções, e em particular pelas três revoluções russas do século XX, consiste no seguinte: para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de continuar vivendo como vivem e exijam transformações; para a revolução é necessário que os explorados não possam continuar vivendo e governando como vivem e governam. Só quando os de baixo não querem e os de cima não podem continuar vivendo à moda antiga é que a revolução pode triunfar. Em outras palavras, esta verdade exprime-se do seguinte modo: a revolução é impossível sem uma crise nacional geral (que afete explorados e exploradores)”.

Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social

Lucas dos Santos Ferreira

instalação de um conjunto de contradições que demandam cuidadosa leitura da situação particular de cada um dos países atrasados.

No entanto, estudiosos de esquerda e direita, de N. Moreno e R.M. Marini até E. Gudin e A. Alsogaray, vêm equivocadamente defendendo medidas de retaliação às burguesias nacionais, utilizando-se da argumentação de que a mesma é responsável pela suposta geração de prejuízos sociais¹⁷, não promoção da livre-concorrência e de não passar de braço das multinacionais.¹⁸ O grande problema reside no fato de que enquanto não se atinge determinado patamar de desenvolvimento das forças produtivas ou ocorre uma grande crise nacional que venha a colocar o socialismo na ordem do dia, continuam a ser próximos os interesses das burguesias nacionais e do proletariado.¹⁹

Observemos pois a evolução das economias argentina e boliviana a partir do último quartel do século XX para melhor esclarecer o debate em questão.

V

A partir do último quartel do século XX, a Argentina foi transformada em um verdadeiro laboratório para o neoliberalismo. Poucos países no mundo “avançaram” tanto em termos de liberalização e concessão unilateral de aspectos fundamentais da autonomia política e econômica.

Os recentes governos militares argentinos (1976-83) foram responsáveis por 1) brusca redução e eliminação de importantes impostos sobre as importações, que passaram a competir mais vigorosamente com a produção nacional, 2) elevação excessiva das taxas de juro e 3) desmantelamento de incentivos que até então tornavam a indústria argentina competitiva a nível regional. Esse período caracterizou-se pela redução do produto interno bruto nacional, causada por uma diminuição de 12% no faturamento do setor industrial entre 1974 e 1983, cabendo destacar que sua

¹⁷ SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugenio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

¹⁸ MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo. **América Latina – História, Idéias e Revolução**. São Paulo: Ed. Xamã, 1999.

¹⁹ Havemos igualmente de considerar a correlação de forças políticas como fundamental ao processo de transição capitalismo – socialismo.

Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social

Lucas dos Santos Ferreira

participação na composição do PIB foi reduzida de 26,1% nos anos 60 para 19,9% em meados dos anos 80, pelo drástico encolhimento do mercado interno, com redução da participação dos assalariados no total de ingressos nacionais de 45% em 1974 a 26% em 1983, pela equiparação dos investimentos estrangeiros aos de capital nacional e pelo aumento da dívida externa de 8 a 45 bilhões de dólares, o que tornou o país um dos maiores devedores do mundo.²⁰

Na década de 90, com o governo Carlos Menem, consolida-se o desmonte da economia argentina, sendo o plano de conversibilidade o grande marco deste processo. O então ministro Cavallo fixou a taxa de câmbio em relação ao dólar, eliminou restrições à transformação de pesos argentinos em moeda estrangeira e definiu um lastro para a moeda nacional (a emissão de passivos monetários só poderia ser efetuada com correspondente existência de reservas em dólares). Foi ainda responsável pela privatização de empresas rentáveis (YPF, Serviços Postais, Aerolíneas Argentinas, etc), pela brutal ampliação das taxas de juro e pelo fechamento de linhas de crédito destinadas ao setor industrial. Os resultados naturais gerados por estas inconseqüentes medidas foram a destruição da indústria nacional, cujo patrimônio foi reduzido de 18.884 bilhões de pesos em 1995 a 12.848 bilhões em 2002, a geração de grandiosos déficits comerciais e a brutal deterioração dos padrões de vida de sua população, com nada menos que 58,2% de seu percentual sendo colocado numa situação de pobreza.

A competência do governo dos Kirchner vem sendo expressa através da promoção de uma significativa desvalorização da moeda nacional, do estímulo ao consumo interno, do controle de preços e do aumento do investimento público, que novamente viabilizaram a expansão das forças produtivas nacionais, beneficiando a classe operária e a burguesia nacional.

²⁰ Os dados em questão podem ser encontrados em: FERRER, Aldo. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004 e BORON, Atílio. Problemas estructurales y desafíos estratégicos de la izquierda: una mirada desde la Argentina. In: **Tras el búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social

Lucas dos Santos Ferreira

VI

A destruição da economia boliviana desde os tempos de H. Banzer, passando pelo “reformado” V. Paz Estenssoro e G.S. de Lozada, arruinou por completo boa parte dos avanços sociais conquistados até então.

A adoção de políticas macroeconômicas irresponsáveis (elevação dos juros, supervalorização da moeda nacional, destruição de incentivos diretos ao setor produtivo) e a predatória privatização das estatais construídas com recursos da Corporación Boliviana de Fomento (planta hidroelétrica de Corani, fábricas de cimento de Sucre e Cochabamba, unidades de processamento de laticínios, usina de açúcar de Guabirá, etc), da COMIBOL (Corporación Mineira de Bolívia), da YPBF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) e do abastecimento de água de algumas cidades bolivianas (o caso de Cochabamba é o mais importante) foram tão danosas do ponto de vista social, que viabilizaram a chegada de Morales ao poder.

Além de adotar uma política econômica nacionalista, o governo Morales realizou várias estatizações necessárias (setor energético, mineração, etc.), vem dando suporte ao crescimento industrial (setor têxtil, p. exemplo) e à modernização nacional (financiamento de tratores, defensivos agrícolas, etc.) e destruindo antigos currais eleitorais de “senhores feudais” através de políticas de distribuição de renda e do grande fortalecimento das organizações indígenas e sindicais, importantes protagonistas da nova etapa histórica nacional e de um possível processo de conversão do governo social-democrata progressista em socialista.

Referências

BORON, Atílio. Problemas estructurales y desafíos estratégicos de la izquierda: una mirada desde la Argentina. In: **Tras el búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

DOQUOIS, G. **Cuadernos de Pasado y Presente**. Cidade do México: Ed. Siglo XXI, 1976.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1976.

FERRER, Aldo. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

Considerações sobre o paradigma interpretativo de formação social

Lucas dos Santos Ferreira

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

LENIN, V.I. Marxismo e Revisionismo. In: **Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1955.

LENIN, V.I. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

LENIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MAMIGONIAN, Armen. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, Maria Adélia (org.), **O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo. **América Latina [WINDOWS-1252?]- História, Idéias e Revolução**. São Paulo: Ed. Xamã, 1999.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RANGEL, Ignácio. **Dualidade básica da economia brasileira**. São Paulo: Bial, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugenio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudín**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

TROTSKY, Leon. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: **História da Revolução Russa**. São Paulo: Ed. Sundermann, 2007.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. **Formação social brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. Florianópolis: UFSC, 1992. (Dissertação de mestrado).